DATA MERCANTIL

São Paulo

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM √ TRANSPARÊNCIA, √ SEGURANÇA E √ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, ***Sábado****, 14,* ***Domingo****, 15 e* ***Segunda-Feira****, 16 de novembro de 2026 | edição nº 1655*

R$ 2,50

DÓLAR FECHA A R$ 5,65, NO MAIOR PATAMAR DO ANO, ENQUANTO BOLSA AVANÇA COM BALANÇOS E ALTA DO PETRÓLEO

O dólar fechou o dia perto da estabilidade, com alta de 0,08%, cotado a R$ 5,655, nesta sexta-feira (13). A moeda chegou a R$ 5,666 na máxima do dia e encerrou o pregão na maior cotação de fechamento de 2026, no maior patamar desde 2 de junho de 2025, quando havia fechado a R$ 5,673.

Na quinta-feira (12), o dólar já tinha alcançado o maior valor desde aquela data. Os investidores repercutiram a aprovação do plano de ajuste fiscal do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelo Senado. A proposta reúne medidas para ajudar a equipe econômica a buscar o centro da meta de resultado primário, que corresponde à diferença entre receitas e despesas do governo, descontado o serviço da dívida pública.

O texto-base foi aprovado por 45 votos favoráveis e 31 contrários. Quatro destaques, que podem alterar pontos da proposta, serão votados na próxima terça-feira (17).

Para Vitor Kayo, economista sênior da Nomad, o dólar oscilou pouco frente ao real e passou a recuar depois que a inflação ao produtor nos Estados Unidos veio abaixo das expectativas. O dado reduziu as apostas em um aperto monetário mais forte pelo Fed (Federal Reserve, banco central americano) em dezembro, embora a expectativa de uma nova alta de juros continue predominante. No exterior, a moeda americana também ficou praticamente estável em relação às principais divisas.

O índice DXY, que mede o desempenho do dólar contra uma cesta de seis moedas fortes, fechou em alta de 0,26%

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, fechou o dia em alta de 0,66%, aos 172.457 pontos.

Para Josias Bento, especialista em mercado de capitais e sócio da GT Capital, o índice encontrou fôlego com a recuperação das ações da Petrobras, acompanhando a valorização do petróleo tipo Brent.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Galípolo afirma ter 'desafio pedagógico' de explicar política monetária e diz que 'verdade custa caro'

Reforma da Previdência completa 7 anos e reacende debate sobre ajuste nas regras da aposentadoria do INSS



Banco do Brasil tem 31 mil produtores rurais inadimplentes, diz CEO



Ministro de Lula diz que pacote fiscal deve ser votado na Câmara 'imediatamente' após fim da análise no Senado

Centrão exige mais ministérios no governo Lula 4 em troca de cobrança por mais fidelidade no Congresso

NO MUNDO

Rússia aceitará europeus em negociações se considerar que estão prontos



O Kremlin afirmou nesta sexta-feira (13) que a Rússia estaria disposta a aceitar a participação de países europeus nas negociações de paz sobre a Ucrânia caso percebesse que eles estão prontos para contribuir com o processo de paz.

O comentário sugere que a Rússia ainda não se comprometeu a incluir os europeus na próxima rodada de negociações, apesar de os negociadores dos Estados Unidos terem afirmado na quinta-feira (12) que o presidente Vladimir Putin havia concordado com a participação deles.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, foi questionado se as discussões seriam retomadas em um futuro próximo com representantes europeus se juntando aos de Ucrânia, Rússia e EUA.

"Assim que compreendermos sua intenção genuína e disposição para contribuir com o processo de paz, será possível tomar uma decisão sobre a realização de um diálogo para uma solução na Ucrânia em um formato ampliado", comentou.

Até o momento, as negociações envolveram autoridades russas, ucranianas e americanas, que se reuniram em Abu Dhabi nesta semana — o primeiro encontro entre as partes em nove meses.

Dois representantes dos EUA viajaram, na sequência, para Moscou, onde se reuniram com Putin, e posteriormente encontraram o presidente ucraniano, Volodymyr Zelenskiy, em Dublin.

O envolvimento europeu marcaria uma nova fase nos esforços para encerrar o conflito, que já dura quase cinco anos e tem resistido às tentativas do presidente dos EUA, Donald Trump, de viabilizar um acordo de paz.

As relações da Rússia com as potências europeias estão em um estado crítico. Países europeus forneceram armas à Ucrânia e impuseram sanções a Moscou; a maioria, inclusive, evitou o contato direto com Putin desde que ele enviou tropas para a Ucrânia, em fevereiro de 2022. Com isso, Putin afirmou, na quinta-feira, que os EUA precisam trabalhar com seus aliados europeus para entender se eles desejam a paz ou a guerra na Ucrânia. CNN

Após vitória, democratas traçam metas ambiciosas para o Congresso em 2027

Os democratas, prestes a assumir o controle total do Congresso dos Estados Unidos no próximo ano, planejam um início acelerado nas primeiras semanas de janeiro. Segundo o partido, as primeiras medida serão respostas às principais preocupações dos eleitores após as Eleições de Meio de Mandato.

Em declarações e entrevistas, importantes democratas da Câmara dos Representantes e do Senado disseram à Reuters que suas primeiras iniciativas poderão abordar a frustração dos eleitores com a guerra no Irã, a alta dos preços ao consumidor e o acesso a serviços de saúde a preços acessíveis.

Eles também pretendem tratar do que consideram uma indignação generalizada com violações éticas e corrupção.

"Posso afirmar com segurança que queremos proibir a negociação de ações por membros do Congresso", disse o senador democrata Brian Schatz, do Havaí, à Reuters na quinta-feira (12), ao ser questionado sobre quais seriam suas três principais prioridades legislativas para o início de janeiro.

Há anos, os eleitores expressam indignação com a negociação de ações por parte de parlamentares. Muitos argumentam que essa prática é inadequada, visto que os membros do Congresso elaboram legislações — muitas vezes a portas fechadas — que podem influenciar os preços de ações e títulos financeiros.

O líder democrata na Câmara, Hakeem Jeffries — cotado para se tornar o próximo presidente da Casa —, falou a repórteres sobre suas metas iniciais para 2027. CNN

Procuradoria do Paraguai acrescenta associação criminosa a caso contra Peña



A Procuradoria do Paraguai ampliou, nesta sexta-feira (13), a acusação contra o ex-presidente Santiago Peña para incluir o crime de associação criminosa. A ação está no âmbito da investigação sobre a responsabilidade do ex-mandatário no colapso do banco digital Ueno, que desencadeou uma crise financeira e política no país.

Peña, economista de 47 anos que havia assumido o cargo em 2023, foi destituído na semana passada por meio de um processo de impeachment no Congresso.

Ele havia sido acusado inicialmente de abuso de confiança e administração em benefício próprio e colocado em prisão preventiva em uma unidade militar.

O Banco Central paraguaio determinou, na semana passada, um processo de liquidação do Ueno devido a problemas de solvência relacionados a empréstimos a empresas vinculadas, o que deixou milhões de pessoas sem acesso às suas contas. O ex-presidente foi acionista da controladora do Ueno até 2025. O Ministério Público Paraguaio também ampliou a acusação contra o ex-presidente do Banco Central Carlos Carvallo e incluiu três ex-diretores do órgão e o ex-chefe do órgão regulador bancário, que foram detidos nas últimas horas.

Os agentes do Ministério Público sustentam que as pessoas investigadas formaram uma estrutura organizada, composta por funcionários do Poder Executivo e do Banco Central, para favorecer interesses ligados ao Grupo Vázquez, proprietário do Ueno.

"A partir da Presidência da República, Santiago Peña Palacios teria atuado como chefe da estrutura", afirma o auto de acusação.

"Ele teria emitido diretrizes públicas e institucionais para não intervir na entidade, teria abafado na mídia os alertas de insolvência e teria recebido pessoalmente contraprestações ilícitas", acrescentou. CNN

DATA MERCANTIL São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

EDITORIAL: Daniela Camargo
COMERCIAL: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da abra legal

ECONOMIA

Galípolo afirma ter 'desafio pedagógico' de explicar política monetária e diz que 'verdade custa caro'



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou ter "um desafio pedagógico" de explicar a política monetária desde que entrou na autarquia. Ele disse nesta sexta-feira (13), durante evento do banco britânico Barclays, que é "custoso ir atrás da verdade" e criticou o que chamou de "especialistas de vídeos gravados na vertical", em referência a pessoas que comentam o cenário econômico e monetário nas redes sociais.

"A verdade custa caro. Ir atrás da verdade demanda a gente pesquisar, investigar, contestar, ir atrás de dados, checar esses dados. É custoso ir atrás da verdade. Já a mentira é barata, a versão é barata, a ficção é barata. [...] A verdade costuma ser complexa, enquanto a mentira pode ser fácil, agradável e explicada de uma maneira relativamente simples", afirmou.

Galípolo comentou a dificuldade de explicar a política monetária em meio à polarização do debate econômico. Segundo ele, a discussão está mais conflagrada do que uma disputa de torcida organizada e comentários em publicações nas redes sociais.

"Eu tenho um desafio pedagógico desde que eu entrei no Banco Central, o qual eu não tenho conseguido ter sucesso em explicar, de que a formação dos juros da política monetária se dá num processo diferente da formação dos juros da curva de juros. Bastante complexo conseguir explicar isso para as pessoas", disse Galípolo.

A taxa básica de juros influencia o custo do dinheiro no curto prazo, e a curva de juros de prazos mais longos é acompanhada de perto pelo mercado financeiro e serve de referência para a precificação de títulos públicos e privados.

O chefe do BC criticou gestores de investimentos que atribuem à autoridade monetária a responsabilidade pelo desempenho dos ativos, mas não conseguem entregar retornos atrativos aos clientes. Segundo ele, o papel de uma gestora é buscar rentabilidade, independentemente de seus profissionais concordarem ou não com as decisões do BC.

Folhapress

Tesouro Nacional derruba sistemas após ataque que roubou dados de beneficiários do governo

A Secretaria do Tesouro Nacional informou nesta sexta-feira (13) que mantém parte de seus sistemas fora do ar após um ataque hacker que expôs dados pessoais de usuários e beneficiários de pagamentos do governo federal. A previsão é que os serviços sejam normalizados até a manhã de segunda-feira (16).

A suspensão atinge ferramentas de consulta a documentos, séries históricas e informações disponíveis nos sites do Tesouro Nacional e do Tesouro Transparente. Segundo o órgão, a medida foi adotada para permitir a análise dos sistemas e corrigir vulnerabilidades.

"O acesso indevido foi contido, o monitoramento do ambiente tecnológico permanece reforçado e medidas adicionais de proteção foram adotadas", afirmou a secretaria em comunicado.

O Tesouro ressaltou que a indisponibilidade não significa que todos os sistemas suspensos tenham sido atingidos pela invasão. Segundo o órgão, as principais operações financeiras, incluindo a gestão da Dívida Pública Federal, continuam funcionando normalmente.

A consulta interativa aos leilões de títulos públicos também está indisponível, mas os resultados podem ser acessados pelo site do Banco Central.

O ataque foi divulgado na quinta-feira (12), após o Tesouro identificar, em 4 de novembro, um acesso não autorizado a suas bases de dados. A invasão expôs nomes, CPFs e emails de cerca de 30 mil usuários do portal e-Serviços, utilizado para solicitar e acompanhar serviços da secretaria.

Também foram acessadas aproximadamente 4.000 chaves Pix de beneficiários de pagamentos do governo federal, além de informações relacionadas às transferências realizadas.

Folhapress

Reforma da Previdência completa 7 anos e reacende debate sobre ajuste nas regras da aposentadoria do INSS



A reforma da Previdência completa sete anos nesta sexta-feira (13), com a necessidade de novo ajuste para tentar segurar o déficit crescente com o envelhecimento acelerado dos brasileiros, e segurados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) enfrentando regras mais duras que impedem a aposentadoria.

O objetivo inicial de economia das mudanças nas regras foi atingido, mas os gastos previdenciário % em consome hoje 8% do PIB (Produto Interno Bruto) do país. Se não for feito, chegará a 17% em 2100. Uma nova reforma está sendo proposta por especialistas, que aumenta a idade mínima da aposentadoria para 67 anos, o que estabilizaria a despesa em 10% do PIB, mas não é bem aceita por parte da sociedade.

Para especialistas, o desafio, no entanto, vai além de elevar a idade mínima. O envelhecimento da população, a redução do número de trabalhadores em idade ativa e as mudanças no mercado de trabalho exigem uma discussão aprofundada sobre o financiamento da Previdência já a partir de 2027, e a capacidade de manter a proteção social no longo prazo.

O ex-secretário de Previdência Leonardo Rolim afirma que as projeções oficiais mostram a dimensão do problema. Segundo dados do IBGE, a população com 65 anos ou mais dobrou entre 2000 e 2024. Em 2070, deverá ser quase três vezes maior do que a atual e seis vezes superior à registrada em 2000.

Ao mesmo tempo, o número de pessoas em idade ativa começará a diminuir. Em 2070, haverá menos de dois potenciais contribuintes para cada idoso, considerando a população de 15 a 64 anos. Para Rolim, a proporção é insuficiente para sustentar um regime de repartição, no qual os trabalhadores financiam os benefícios dos aposentados. O modelo precisaria de pelo menos quatro contribuintes por beneficiário.

Em sua avaliação, manter as regras atuais levaria a idades de aposentadoria muito elevadas ou a benefícios menores. Por isso, defende mudar o modelo de custeio o quanto antes, com a criação de uma camada de capitalização obrigatória.

POLÍTICA

Ministro de Lula diz que pacote fiscal deve ser votado na Câmara 'imediatamente' após fim da análise no Senado



O ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, afirmou nesta sexta-feira (13) que o projeto de ajuste fiscal do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve ser votado na Câmara dos Deputados "imediatamente" após o fim da análise do Senado.

O texto-base do chamado "plano Moretti", em referência ao ministro do Planejamento, Bruno Moretti, foi aprovado pelos senadores com 45 votos favoráveis e 31 contrários na quinta (12). Os destaques, no entanto, só devem ser analisados na terça (17).

"Assim que a votação terminar no Senado, o presidente Hugo Motta [Republicanos-PB] leva a matéria imediatamente ao plenário da Câmara", escreveu José Guimarães em publicação no X (ex-Twitter), indicando que há um acordo para votar a medida na Casa.

Responsável pela articulação política do governo, o ministro se reuniu com Motta e com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e com o líder do PT na Câmara, deputado Pedro Uczai (SC) na sexta.

José Guimarães disse ter agradecido pela votação do projeto fiscal em nome do governo. Lula está fora do país, em viagem nas Filipinas após participar da COP31 (31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática), na Turquia.

Hugo Motta também compartilhou um registro da reunião em suas redes sociais, mas não apresentou uma data para votar a medida na Câmara.

"O ministro [Guimarães] pediu celeridade na votação da medida na Câmara. Acertamos também que, assim que o presidente Lula voltar de viagem, trataremos de outras agendas", disse o deputado paraibano.

Na Casa, como mostrou a Folha, os deputados federais do PT devem defender um pacote de medidas alternativas, embora não descartem votar a favor do projeto de ajuste fiscal, desde que com alterações.

O discurso deles é que o país corre risco de uma recessão no próximo ano, o que derrubaria a popularidade de Lula.

Folhapress

PF deflagra nova fase de operação que mira suspeitas de desvios de emendas para 'Dark Horse'

A Polícia Federal deflagrou nesta sexta-feira (13) a segunda fase da Operação Make Up, que investiga suspeitas de desvio de recursos públicos provenientes de emendas parlamentares.

A primeira fase da operação, em setembro, teve como um dos alvos o deputado Mario Frias (PL-SP), que é autor das emendas sob investigação e roteirista do filme "Dark Horse". Também foi cumprido mandado contra Karina Gama, da Go Up Entertainment, produtora da obra.

Nesta sexta-feira (13), agentes da Polícia Federal cumprem um mandado de busca e apreensão em Brasília contra Raphael Augusto Azevedo, ex-assessor de Mario Frias, que não foi localizado na primeira fase da operação.

Raphael é irmão de Kaio Azevedo, responsável técnico indicado em um projeto executado por uma das entidades suspeitas de irregularidades. A medida, autorizada pelo STF, é um desdobramento da primeira fase da investigação.

A investigação apura a possível prática dos crimes de peculato, falsidade documental, lavagem de dinheiro, organização criminosa e delitos relacionados a licitações.

Procurado pela reportagem, Raphael negou participação no supostos desvios de emendas e afirmou ter orientado o irmão a deixar o projeto investigado depois de suspeitar de irregularidades. A Polícia Federal não informou quem é o alvo da medida judicial nem o valor dos recursos públicos supostamente desviados.

A operação é um desdobramento da primeira fase da investigação. A corporação não detalhou, até o momento, os elementos que motivaram a nova ação.

A primeira fase da operação foi autorizada pelo ministro Flávio Dino. Na ocasião, foram apreendidas ao menos sete armas. Elas estavam registradas no nome de Frias, mas agentes as localizaram em endereço diferente do que deveriam estar.

Folhapress

Centrão exige mais ministérios no governo Lula 4 em troca de cobrança por mais fidelidade no Congresso



Os partidos PP e Republicanos pretendem aderir ao governo Lula (PT) na largada da atual gestão e, por isso, esperam ocupar ministérios mais robustos em troca da fidelidade de suas bancadas no Congresso.

Mesmo após terem apoiado Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno do pleito, as siglas miram pastas com influência e orçamento elevados, como os Ministérios da Saúde, Educação ou Desenvolvimento Social.

Para isso, o centrão avalia que o PT vai precisar cortar na própria carne e ceder espaços próprios para fazer essa montagem. Existe uma preferência entre os petistas, por exemplo, para que a pasta do Desenvolvimento Social responsável pelo Bolsa Família fique com o partido, devido à relevância do programa social.

Os pleitos já começaram a ser discutidos com o presidente do PT, Edinho Silva, que iniciou conversas com os presidentes de partidos do centrão para aferir quais os planos deles. No governo Lula 3, o Planalto não conseguiu ter uma relação direta com as legendas, e negociou com alas dos partidos. Agora, o presidente Lula quer clareza sobre quantos votos cada bancada pode entregar e também saber projetos em que possa haver convergência ou divergência.

Integrantes da cúpula do PP e Republicanos afirmam que há disposição de entregar mais votos, mas que os atuais espaços são insuficientes e que, sem uma ampliação, não haverá reciprocidade. A adesão no governo anterior ocorreu apenas na metade do primeiro ano, com os ministérios já montados, o que diminuiu os espaços. Outras siglas, como PSD, União Brasil e MDB, ficaram com três ministérios cada.

O PP hoje comanda o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica Federal uma indicação do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), que se elegeu para o Senado e não deve contar com a mesma força para manter Carlos Vieira no comando do banco estatal. Já o Republicanos ficou com Portos e Aeroportos.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,6512 / R$ 5,6518 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,6539 / R$ 5,6559 *
Turismo - R$ 5,6898 / R$ 5,8698
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,08%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: +0,66%
Pontos: 172.457
Volume financeiro: R$ 27,724 bilhões
Maiores altas: Magazine Luiza ON (+10,47%), Cosan ON (+8,77%), Minerva ON (+7,23%)
Maiores baixas: CSN ON (-12,06%), Azzas ON (-5,86%), Natura ON (-3,75%)
S&P 500 (Nova York): -0,4%
Dow Jones (Nova York): 0,1%
Nasdaq (Nova York): -0,91%
CAC 40 (Paris): 0,09%
Dax 30 (Frankfurt): -0,08%
Financial 100 (Londres): 0,36%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,53%
Hang Seng (Hong Kong): -1,55%
Shanghai Composite (Xangai): -0,59%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,59%
Merval (Buenos Aires): 2,95%
IPC (México): -1,04%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%
Julho 2026: 0,07%
Agosto 2026: -0,32%
Setembro 2026: 0,82%

Salário mínimo de 2027 é estimado em R$ 1.741; valor ainda pode mudar



O salário mínimo de 2027 está estimado em R$ 1.741 no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) apresentado pelo governo federal em agosto. O valor ainda é uma projeção e poderá sofrer ajustes antes da definição do piso nacional para o próximo ano.

A estimativa atualizada substitui os R$ 1.717 previstos no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviado ao Congresso em abril.

Se a projeção de R$ 1.741 for confirmada, o piso terá um aumento de R$ 120 em relação aos R$ 1.621 vigentes em 2026. A diferença corresponde a um reajuste nominal de aproximadamente 7,4%.

O percentual nominal considera tanto a reposição da inflação quanto o ganho real previsto pela política de valorização.

O cálculo do reajuste combina a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, respeitados os limites legais para o aumento real. Para o piso de 2027, a referência econômica é o PIB de 2025.

A definição final dependerá do INPC acumulado nos 12 meses até novembro de 2026. Como o Orçamento utiliza uma estimativa para esse indicador, o valor poderá ser revisto após a divulgação do resultado efetivo.

Reajuste afeta aposentadorias e benefícios

O salário mínimo serve de referência para benefícios previdenciários e assistenciais, além da remuneração de trabalhadores que recebem o piso.

Por isso, a atualização influencia tanto a renda dos beneficiários quanto as despesas obrigatórias da União. A elevação acima da inflação representa ganho de poder de compra para quem recebe valores vinculados ao mínimo.

IstoÉDinheiro

UFV NOVA GRANADA GD LTDA.

CNPJ/MF nº 54.152.154/0001-28 - NIRE 35.263.316.202

Ata de Reunião de Sócios realizada em 03 de Novembro de 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada em 03 de novembro de 2026, às 10:00 horas, na sede social da **UFV Nova Granada GD Ltda.**, com sede na cidade de Nova Granada, Estado de São Paulo, na Rodovia BR 153, S/N, Setor Trevo Nova Granada, Zona Rural, CEP 15440-000 ("Sociedade"). **2. Mesa:** Presidente: **Tony Chi Yuan Wang**; Secretária: **Camila Sverzuti Fidencio**. **3. Presença e Convocação:** Convocação dispensada em virtude da presença da única ***sóci***a representando a totalidade do capital social da Sociedade. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: a redução do capital social da Sociedade, no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), para restituição de capital em favor da única Sócia, por considerá-lo excessivo. **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matéria da Ordem do Dia, a sócia decidiu aprovar, nos termos do art. 1.082, inciso II do Código Civil, da redução do capital social da Sociedade, atualmente no valor **de** R$ 23.262.883,13 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e treze centavos), **para** R$19.762.883,13 (dezenove milhões, setecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e treze centavos), mediante a restituição, em favor da única Sócia da Sociedade, de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), referente às quotas que compõem a redução do capital social ora aprovada, após satisfeitas as condições de que trata o artigo 1.084 do Código Civil, com o consequente cancelamento de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de quotas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Mesa: Presidente: **Tony Chi Yuan Wang**; Secretária: **Camila Sverzuti Fidencio**. Sócia: **Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.** 03 de novembro de 2026 **Mesa: Tony Chi Yuan Wang** - Presidente; **Camila Sverzuti Fidencio** - Secretária. **Sócia: Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.** - Tony Chi Yuan Wang e Camila Sverzuti Fidencio.

Elera Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 02.808.298/0001-96 – NIRE 35.300.649.851

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2026

1. Data, Hora e Local: No dia 13/11/2026, na sede social da Elera Renováveis S.A. ("Companhia"), na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Condomínio Parque da Cidade – Torre Paineira – 3º andar, Vila Gertrudes, São Paulo-SP, às 09h00. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **4. Ordem do Dia: (i)** proposta de redução do capital social, com a consequente alteração do art. 5º da Estatuto Social; e **(ii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Os acionistas deliberaram por unanimidade: **5.1.** Resolvem aprovar a redução do capital social em **R$ 200.000.000,00**, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, **de** R$ 359.268.154,42 **para** R$ 159.268.154,42. **5.1.1**. Considerando que as ações em que se divide o capital social da Companhia não têm valor nominal, aprovar que a redução de capital será efetivada sem o respectivo cancelamento de ações, passando o artigo 5º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º. O capital social é de R$ 159.268.154,42, dividido em 922.585.365 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal."* **5.1.2.** Consignar que o valor da redução de capital acima aprovada será pago aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionista	Qtde. de Ações Ordinárias	%	Valores (em R$)
Elera Renováveis Participações S.A.	753.290.951	81,65	163.300.000,10
Itisa Holding LLC	169.294.414	18,35	36.699.999,90
Total	922.585.365	100	**200.000.000,00**

5.1.3. Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decurso do prazo de 60 dias contado da publicação desta ata no **Jornal Data Mercantil**. **5.1.4.** Fica expressamente consignado que a eficácia e a implementação da redução ora aprovada ficam condicionadas à obtenção prévia e expressa: (i) da autorização, por escrito, da Export Development Canada ("EDC"), nos termos da Cláusula 8.3(b) do Contrato de Empréstimo celebrado entre a Companhia e a EDC em 19/07/2024 ("Contrato de Empréstimo"); e (ii) da aprovação dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação da 2ª Emissão, reunidos em assembleia especial, nos termos do § 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e da Cláusula 7.1.2, inciso IX, alínea (a), da Escritura de Emissão da 2ª Emissão, conforme aditada ("Escritura de Emissão"). Até a obtenção de tais aprovações, não poderá ser praticado qualquer ato destinado à efetivação da redução do capital social ou à restituição dos respectivos valores aos acionistas. **5.1.5.** A redução do capital social somente se tornará eficaz após o cumprimento cumulativo das seguintes condições: (i) a obtenção da autorização prévia e expressa da EDC; (ii) a aprovação prévia dos Debenturistas no quórum previsto no item 5.1.4 acima; e (iii) o decurso do prazo de 60 dias previsto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, contado da publicação desta ata, conforme item 5.1.3 acima. Assim, a redução do capital social produzirá efeitos somente após a implementação da última dessas condições. **5.2.** Aprovar, sob as mesmas condições suspensivas previstas nos itens 5.1.4 e 5.1.5 acima, a consolidação da redação do Estatuto Social da Companhia, ficando a eficácia da nova redação do artigo 5º condicionada à obtenção das autorizações ali previstas e ao cumprimento das demais condições legais aplicáveis à redução do capital social. **6. Encerramento:** O Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. São Paulo, SP, 13/11/2026. **Mesa**: **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – *Presidente*; **Guilherme Braga Lacerda** – *Secretário*. **Acionistas: Elera Renováveis Participações S.A.** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli e José Ricardo Elbel Simão); **Itisa Holding LLC** (Carlos Gustavo Nogari Andrioli).

Cia. Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata de Reunião da Diretoria Realizada em 04/11/2026

Data, Hora e Local: Em 04/11/2026, às 9hs, na sede. **Convocação e presenças:** Participaram da reunião a totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Mauricio Parolin Russomanno; Secretário, Sr. Thiago Sampaio de Athayde. **Deliberações aprovadas: 5.1.** Aprovada a celebração, pela Companhia, de instrumento de concessão de subvenção econômica junto à **Financiadora de Estudos e Projetos – Finep ("FINEP")**, no âmbito do **Edital Cadeias Agroindustriais 2.0 ("Edital")**, destinado à execução do projeto "**Bioinvar – Inovação em Biodiversivos: de Metabólitos Marinhos em Nanoformações de Alta Performance ao Desenvolvimento de Tecnologias Habilitadoras**" ("Projeto"), no valor de subvenção de R$ 5.400.038,25 ("Subvenção"), bem como a assunção, pela Companhia, das obrigações dele decorrentes, inclusive o aporte da contrapartida eventualmente exigida nos termos do Edital, conforme os termos e condições a serem estabelecidos no respectivo instrumento jurídico a ser celebrado entre a Companhia e a FINEP ("Instrumento de Subvenção"), cujos documentos permanecerão arquivados na sede da Companhia. **5.2.** Autorizar os Diretores da Companhia, a negociar, celebrar e assinar o Instrumento de Subvenção, bem como todos os demais documentos. Nada mais. São Paulo/SP, 04/11/2026. JUCESP nº 423.697/26-2 em 12/11/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CMA – Serviços Médicos Hospitalares Ltda.

CNPJ/MF nº 53.692.885/0001-01 – NIRE 35.223.467.510

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, os sócios e administradores Srs. **André Mortari Plá Gil**, **Saullo Queiroz Silveira** e **Rodrigo Giovanelli Constantino** da **CMA – Serviços Médicos Hospitalares Ltda.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Doutor Alceu de Campos Rodrigues, nº 95, 3º andar, Vila Nova Conceição, CNPJ/MF nº 53.692.885/0001-01, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35223467510 ("Sociedade"), nos termos do Artigo 1.152, § 3º, da Lei 10.406 de 10/01/2002 ("Código Civil"), **convocam** todos os sócios da Sociedade para se reunirem em Assembleia, a ser realizada na sede da Sociedade, no próximo dia **23/11/2026**, às **11:00**, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** cessão de quotas para saída de sócios; e **(ii)** reforma do contrato social. São Paulo-SP, 13/11/2026. **André Mortari Plá Gil**; **Saullo Queiroz Silveira**; **Rodrigo Giovanelli Constantino**. (13, 16 e 17/11/2026)



PUBLICIDADE LEGAL

Agrícola Almeida S.A.

CNPJ/MF nº 51.482.461/0001-89 - NIRE 35300665597

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Agrícola Almeida S.A., vem apresentar a V.Sas. O Balanço Patrimonial encerrado em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações financeiras, As demonstrações financeiras para o período findo em 31/03/2025 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos a disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social na Fazenda Vista Alegre, Bairro Pinhal s/n, no Município de Itapetininga-SP, no qual encontram-se arquivadas as demonstrações financeiras completas.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E DE 2025, *(Em milhares de reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	31/3/2026	31/3/2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7	7
Contas a receber	58	58
Estoques	5.212	2.995
Impostos e contribuições a recuperar	2.580	1.222
Ativo biológico	54.125	51.381
Outras contas a receber	630	964
Total do ativo circulante	**62.612**	**56.627**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Outras contas a receber	211.649	211.649
Impostos e contribuições a recuperar	8.919	8.919
Depósitos judiciais	1.781	213
Investimentos	262	262
Imobilizado	129.218	117.397
Total do ativo não circulante	**351.829**	**338.440**
Total do ativo	**414.441**	**395.067**
Passivo	**31/3/2026**	**31/3/2025**
Circulante		
Fornecedores	9.898	3.034
Obrigações sociais	4.201	8.472
Impostos e contribuições a recolher	7.584	6.997
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	1.505	2.510
Plano de recuperação judicial – PRJ	430	1.377
Outras contas a pagar	4.927	1.461
Total do passivo circulante	**28.545**	**23.851**
Não circulante		
Fornecedores	44	44
Adiantamento de clientes – partes relacionadas	113.425	86.131
Partes relacionadas	2.444	7.452
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	7.166	1.305
Outras contas a pagar	3.162	3.336
Provisão para contingências	4.216	4.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.056	9.171
Provisão sobre investimentos	2.272	2.181
Plano de recuperação judicial – PRJ	15.245	16.287
Resultado de exercícios futuros – PRJ	50.172	50.172
Total do passivo não circulante	**201.202**	**180.634**
Patrimônio Líquido		
Capital social	168.671	168.671
Instrumento para conversão em aumento de capital	11.644	–
Ajuste de avaliação patrimonial	14.209	14.668
Lucros (prejuízos) acumulados	(9.830)	7.243
Total do patrimônio líquido	**184.694**	**190.582**
Total do passivo e patrimônio líquido	**414.441**	**395.067**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Instrumento para conversão em aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/03/2024	**36.000**	**648.440**	**14.771**	**(532.686)**	**166.525**
Atualização monetária instrumento conversão de capital	–	8	–	–	8
Integralização capital social	665.357	(648.448)	–	–	16.909
Redução de capital para absorção de prejuízo	(532.686)	–	–	532.686	–
Realização do custo atribuído	–	–	(157)	157	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	54	–	54
Lucro do exercício	–	–	–	7.086	7.086
Saldos em 31/03/2025	**168.671**	**–**	**14.668**	**7.243**	**190.582**
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	**–**	(4.883)	(4.883)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	11.644	**–**	–	11.644
Realização do custo atribuído	–	–	(695)	695	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	236	–	236
Prejuízo do exercício	–	–	**–**	(12.885)	(12.885)
Saldos em 31/03/2026	**168.671**	**11.644**	**14.209**	**(9.830)**	**184.694**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/3/2026	31/3/2025
Receita operacional líquida	84.238	74.382
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(78.471)	(63.231)
Variação do valor justo do ativo biológico	(15.605)	5.808
Lucro (prejuízo) bruto	**(9.838)**	**16.959**
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(8.154)	(14.938)
Outras receitas operacionais líquidas	871	169.398
	(7.283)	**154.460**
Resultado de participações societárias	(91)	47
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**(17.212)**	**171.466**
Receitas financeiras	61	370
Despesas financeiras	(1.613)	(1.815)
Resultado financeiro líquido	**(1.552)**	**(1.445)**
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**(18.764)**	**170.021**
IRPJ e CSLL – diferidos	5.879	(162.935)
Lucro (prejuízo) do exercício	**(12.885)**	**7.086**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	31/3/2026	31/3/2025
Lucro (prejuízo) do exercício	**(12.885)**	**7.086**
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Resultado abrangente do exercício	**(12.885)**	**7.086**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/3/2026	31/3/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro (prejuízo) do exercício	**(12.885)**	**7.086**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	18.800	13.929
Amortizações dos custos de entressafra, tratos e exaustão do ativo biológico	25.955	17.646
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(5.879)	4.893
Resultado de equivalência patrimonial	91	(47)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.534	524
Variação do valor líquido do ativo biológico	15.605	(5.808)
Outros ajustes	–	63
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	(339)	(10.838)
	42.883	**27.448**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	–	3.198
Tributos a recuperar	(1.358)	776
Outras contas a receber	(1.232)	1.183
Estoques	(2.217)	1.182
	(4.807)	**6.339**
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	6.864	(382)
Obrigações sociais	–	2.216
Obrigações fiscais e parcelamentos tributários	1.172	393
Partes relacionadas	27.294	2.866
Outras contas a pagar	–	3.337
	35.330	**8.430**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**73.406**	**42.217**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(6.336)	(2.063)
Adições ao imobilizado (planta portadora)	(24.308)	(27.117)
Adições ao ativo biológico	(42.352)	(25.955)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(72.996)**	**(55.135)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Credores – recuperação judicial	–	(216)
Integralização de capital social	(410)	13.136
Caixa líquidos gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(410)**	**12.920**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**–**	**2**
Caixa e equivalentes no final do exercício	7	7
Caixa e equivalentes no início do exercício	7	5
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**–**	**2**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Agrícola Almeida S.A.("Companhia"), com sede na Fazenda Vista Alegre em Itapetininga, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de cana-de-açúcar. A totalidade da cana-de-açúcar cultivada é comercializada com sua parte relacionada Agroindustrial Vista Alegre S.A., por remuneração definida de acordo com o Regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana Açúcar e Álcool de São Paulo (Consecana). **1.1 Estrutura societária:** No contexto do aprimoramento de sua estrutura societária e de governança corporativa, em 03/06/2025 os sócios da Companhia aprovaram a transformação de sua natureza jurídica de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, passando a adotar a denominação social compatível com o novo tipo societário. A alteração da natureza jurídica não implicou mudança nas atividades operacionais, nos ativos, passivos, direitos ou obrigações da Companhia, constituindo uma reorganização societária voltada ao fortalecimento de sua estrutura de governança, à maior flexibilidade para futuras operações societárias e ao alinhamento de sua estrutura de capital às estratégias de crescimento do negócio. **1.2 Situação financeira e planos da Administração:** Com o encerramento da Recuperação Judicial e a equalização das dívidas, a Agrícola Almeida S.A. através de sua administração, tem se dedicado a estruturar um plano de crescimento e consolidação financeira, baseado na expansão do plantio, contemplando o projeto de parceria em conjunto com produtores de soja, oferecendo as áreas de reforma da Companhia em troca de novas áreas para plantio de cana-de-açúcar em áreas de soja. Dentre as principais ações já tomadas, destacam-se: **Administrativa financeira**: • Modernização da infraestrutura de tecnologia da informação (TI), em andamento; • Criação de um Comitê de Riscos de mercado e da implantação da política de riscos de mercado; • Programa de treinamento continuado dos colaboradores. **Operacional:** • Aumento expressivo dos investimentos em reforma e plantios de novos canaviais; • Aumento significativo de toneladas de cana por hectare; • Mapeamento e arrendamento de novas áreas para plantio de cana; • Utilização de micronutrientes e hormônios objetivando o aumento da produtividade agrícola; • Intensificação do controle de pragas e doenças do canavial; • Implantação de projeto para aplicação de vinhaça localizada; • Redução de pisoteio no processo de colheita.; • Implantação do COA (Centro de operações agrícola), em andamento; • Automatização do plantio, em andamento; • Projeto de renovação da frota com troca de 6 colhedoras e 29 caminhões; e, • Locação de equipamentos novos, visando a redução de custo com manutenção da frota; **1.3 Recuperação Judicial:** Tendo em vista que a Companhia cumpriu com todas as obrigações previstas no Aditivo do Plano de Recuperação Judicial, aprovado e homologado, com vencimento em até dois anos completados da concessão da Recuperação Judicial, foi solicitado ao Juízo da RJ o seu encerramento. O Administrador Judicial e o Ministério Público opinaram pelo encerramento da Recuperação Judicial. Assim, em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial. As fases estabelecidas para plano de Recuperação Judicial foram: • Em 01/09/2017, a Companhia ingressou com o pedido de Recuperação Judicial; • Em 15/09/2017, foi proferida decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial; • Em 23/09/2019, em Assembleia Geral de Credores (AGC), foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial; • Em 07/10/2019, o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial; • Em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial; e • Em 08/08/2023 a sentença transitou em julgado, certificando que o processo foi baixado definitivamente no sistema. **2. Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 17/09/2026.

A DIRETORIA

Paulo de Oliveira Camargo — **Fernando Eduardo Amado Tersi**
Carlos Alberto Vencel — **Thelma Bueno Manucci**

Edson Crispe - *Contador - CRC-1SP 134837/O-0*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos diretores da **Agrícola Almeida S.A.,** Itapetininga SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agrícola Almeida S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agrícola Almeida S.A. em 31/03/2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Integralização de capital social com base em reserva de reavaliação**: Em 01/12/2008, a Companhia realizou a integralização de capital social no valor de R$ 24.267 mil, utilizando como origem a Reserva de Reavaliação. Contudo, conforme as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 19.6 – Reavaliação de Ativos, essa reserva não pode ser empregada para aumento de capital ou compensação de prejuízos acumulados enquanto não for efetivamente realizada. Dessa forma, a operação não está em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes à época e suas atualizações posteriores. **Receita oriunda de redução de dívida:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém o saldo de R$ 50.172 mil registrado no passivo não circulante sob a rubrica "Resultado de exercícios futuros – PRJ", referente à receita oriunda da redução da dívida do Plano de Recuperação Judicial, homologada em 07/10/2019. De acordo com avaliação técnica, essa receita deveria ter sido reconhecida no resultado do mesmo exercício social ao da homologação do plano de recuperação judicial. A não reclassificação impacta a apresentação das demonstrações financeiras e implica em efeitos tributários estimados em R$ 2.333 mil relativos a tributos indiretos e R$ 17.059 mil referentes a tributos diretos. Em decorrência desse assunto, o passivo não circulante está apresentado a maior e o patrimônio líquido a menor em R$ 30.780 mil, respectivamente. **Outras contas a receber – mútuo de créditos fiscais:** Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 8 e 15 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31/03/2026 apresenta na rubrica outras contas a receber, valores a receber de parte relacionada, provenientes de Mútuo de Créditos Fiscais, no montante de R$ 211.649 mil. A realização desses valores em sua totalidade dependerá de novas oportunidades fiscais de utilização e de ações em conjunto das Administrações do grupo econômico do qual fazem parte, incluindo medidas para geração de resultados futuros. Até a conclusão de nossos trabalhos, a Companhia não havia elaborado uma análise sobre possível redução no valor recuperável desse ativo que poderia, de forma relevante, afetar certos elementos das demonstrações financeiras. Os efeitos desse assunto não foram determinados. **Créditos de ICMS sobre insumos:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31/03/2026 apresenta na rubrica impostos e contribuições a recuperar, valores de ICMS referentes à aquisição de insumos no montante de R$ 8.919 mil, sob processo de ação declaratória contra a Fazenda do Estado de São Paulo, cuja perspectiva de perda foi avaliada pela administração e seus assessores jurídicos como possível. A realização desse saldo em sua totalidade depende do sucesso desse processo. Em decorrência desse assunto, o ativo não circulante, o resultado do exercício e o patrimônio líquido em 31/03/2026 estão apresentados a maior no respectivo montante de R$ 8.919 mil. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Conforme nota explicativa nº 17, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, fundamentados na expectativa de lucros tributáveis futuros. Contudo, a realização desses créditos tributários, no montante de R$ 10.681 mil em 31/03/2026, dependerá da concretização desses lucros. Importante destacar que os prejuízos fiscais e as bases negativas não possuem prazos prescricionais, e sua compensação está assegurada em 100% dos lucros anuais, conforme a legislação fiscal vigente. Não foi possível, no momento, avaliar com segurança a capacidade de a Companhia gerar lucros tributários futuros suficientes para garantir a realização desses créditos e, consequentemente, não podemos concluir, como de fato não concluímos, sobre o assunto. **Ênfases: Transações com partes relacionadas**: Chamamos atenção para a nota explicativa nº 15, que demonstra transações em montantes significativos e em condições específicas com partes relacionadas. A posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas pela Administração da Companhia e as partes relacionadas nas respectivas negociações. Caso fossem realizadas com terceiros, os resultados dessas transações poderiam ser diferentes. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2025, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório de auditoria datado de 24/11/2025, continha as seguintes ressalvas: a) Integralização de capital social proveniente de reserva de reavaliação; b) não reconhecimento da receita sobre redução de dívida do plano de recuperação judicial; c) impossibilidade de concluir sobre a realização de outras contas a receber com partes relacionadas; e d) créditos de ICMS referentes à aquisição de insumos de difícil realização. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 17/09/2026.

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil
CRC 2SP024067/O-6

Octávio Bution Neto
Contador – CRC SP243568/O-1

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Agroindustrial Vista Alegre S.A.

CNPJ nº 44.836.856/0001-77

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Agroindustrial Vista Alegre S.A., vem apresentar a V.Sas. O Balanço Patrimonial encerrado em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações financeiras, As demonstrações financeiras para o período findo em 31/03/2025 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos a disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social na Fazenda Vista Alegre, Bairro Pinhal s/n, no Município de ltapetininga-SP, no qual encontram-se arquivadas as demonstrações financeiras completas.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E DE 2025 *(Em milhares de reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	31/3/2026	31/3/2025
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	169	88
Contas a receber		187	–
Estoques	5	27.436	19.620
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.701	3.266
Outras contas a receber	8	1.165	241
Total do ativo circulante		**30.658**	**23.215**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamentos a fornecedores – partes relacionadas	7	113.425	86.131
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.252	5.896
Depósitos judiciais		52	46
Outras contas a receber	8	77.683	82.870
Investimentos em outras sociedades		195	195
Imobilizado	9	268.713	272.213
Intangível		632	718
Total do ativo não circulante		**461.952**	**448.069**
Total do ativo		**492.610**	**471.284**

Passivo	Nota	31/3/2026	31/3/2025
Circulante			
Fornecedores	10	7.613	7.511
Obrigações sociais	11	8.580	8.327
Impostos e contribuições a recolher	12	9.026	8.719
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	13	12.567	11.799
Adiantamentos de clientes	14	21.223	6.832
Plano de recuperação judicial (PRJ)	23	258	956
Outras contas a pagar		269	2.910
Total do passivo circulante		**59.536**	**47.054**
Não circulante			
Partes relacionadas	7	47.707	33.207
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	13	1.250	1.558
Outras contas a pagar		830	770
Provisão para contingências	15	3.880	3.106
IRPJ e CSLL diferidos	16	12.624	15.309
Plano de recuperação judicial – PRJ	23	24.972	26.013
Resultado de exercícios futuros – PRJ	24	8.933	8.951
Total do passivo não circulante		**100.196**	**88.914**
Patrimônio líquido	17		
Capital Social		433.857	433.857
Instrumento para conversão em aumento de capital		1.653	–
Reserva de reavaliação		159	159
Ajuste de avaliação patrimonial		46.870	47.781
Prejuízos acumulados		(149.661)	(146.481)
Total do patrimônio líquido		**332.878**	**335.316**
Total do passivo e do patrimônio Líquido		**492.610**	**471.284**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Instrumento para conversão em aumento de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1°/04/2024	**290.213**	**–**	**159**	**48.397**	**(140.035)**	**198.734**
Integralização de capital social	143.644	–	–	–	–	143.644
Realização do custo atribuído	–	–	–	(934)	934	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	–	318	–	318
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(7.380)	(7.380)
Saldos em 31/03/2025	**433.857**	**–**	**159**	**47.781**	**(146.481)**	**335.316**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(4.560)	(4.560)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1.653	–	–	–	1.653
Realização do custo atribuído	–	–	–	(1.380)	1.380	–
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído	–	–	–	469	–	469
Saldos em 31/03/2026	**433.857**	**1.653**	**159**	**46.870**	**(149.661)**	**332.878**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	31/3/2026	31/3/2025
Receita operacional líquida	18	270.312	231.697
Custo dos produtos vendidos	19	(261.461)	(220.559)
Lucro bruto		8.851	11.138
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	19	(8.138)	(10.944)
Comerciais	19	(8.971)	(7.413)
Outras receitas operacionais líquidas	19	2.486	1.139
		(14.623)	(17.218)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(5.772)	(6.080)
Receitas financeiras	20	1.521	2.315
Despesas financeiras	20	(2.524)	(5.814)
Resultado financeiro líquido		(1.003)	(3.499)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(6.775)	(9.579)
IRPJ e CSLL – diferidos	16	2.215	2.199
Prejuízo do exercício		(4.560)	(7.380)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	31/3/2026	31/3/2025
Prejuízo do exercício	(4.560)	(7.380)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	(4.560)	(7.380)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/3/2026	31/3/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais Prejuízo do exercício	**(4.560)**	**(7.380)**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	9.770	4.339
Ganhos com venda de investimentos	–	(561)
IRPJ e CSLL diferidos	(2.215)	(2.199)
Valor residual do imobilizado baixado	514	628
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	774	2.894
Receitas e despesas sem efeito caixa	–	92
	4.283	**(2.187)**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(187)	250
Impostos e contribuições a recuperar	6.209	6.476
Depósitos judiciais	(6)	1.343
Outras contas a receber	4.263	(62)
Estoques	(7.816)	(3.513)
	2.463	**4.494**
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	102	(1.815)
Obrigações sociais	253	1.460
Obrigações fiscais e parcelamentos tributários	767	(723)
Outras contas a pagar	(2.581)	3.577
Partes relacionadas	–	158
Adiantamentos de clientes	14.391	(7.007)
	12.932	**(4.350)**
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**19.678**	**(2.043)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao intangível	–	(340)
Adições ao imobilizado	(6.699)	(17.455)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(6.699)**	**(17.795)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos	–	(10.000)
Partes relacionadas	(12.898)	(16.261)
Aumento de capital social	–	46.114
Caixa líquido (aplicado nas) originado pelas atividades de financiamento	**(12.898)**	**19.853**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**81**	**15**
Variação de caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	169	88
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	88	73
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**81**	**15**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Agroindustrial Vista Alegre S.A. ("Companhia" ou "Vista Alegre"), com Sede na Fazenda Vista Alegre em Itapetininga, Estado de São Paulo, dedica-se à produção, comercialização e exportação de açúcar, etanol, energia elétrica, e demais produtos e subprodutos da cana-de-açúcar e atua como representante e agente para: • Produção e comercialização de açúcar, álcool e outros produtos extraídos da cana-de-açúcar; • Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo e vapor de descarga com cogeração de energia elétrica; • Importação e exportação de produtos relacionados as suas atividades (insumos agrícolas) e como exportadora comercial de etanol, e açúcar; • Comercialização de combustível. Cerca de 44% da matéria-prima consumida (cana-de-açúcar), é produzida pela parte relacionada Agrícola Almeida S.A., com remuneração definida de acordo com o Regulamento dos Negócios de Compra e Venda de Cana de Açúcar no Estado de São Paulo, aprovado pelo Conselho dos Produtores de Cana Açúcar e Álcool de São Paulo (Consecana). **1.1 Situação financeira e planos da Administração:** Com o encerramento da Recuperação Judicial e a equalização das dívidas, a Agroindustrial Vista Alegre S.A. através de sua administração, tem se dedicado a estruturar um plano de crescimento e consolidação financeira, baseado em sua capacidade operacional instalada do parque industrial, com moagem estimada em 1,8 milhões de toneladas. Dentre as principais ações já tomadas, destacam-se: • Modernização da infraestrutura de tecnologia da informação (TI), em andamento; • Modernização da frota; • Desenvolvimento de alternativas de crédito; • Criação de um Comitê de Riscos de mercado e da implantação da política de riscos de mercado; • Comercialização de CBIOS. • Programa de crédito de carbono; e, • Programa de treinamento continuado dos colaboradores. **1.2 Recuperação Judicial:** Tendo em vista que a Companhia cumpriu com todas as obrigações previstas no Aditivo do Plano de Recuperação Judicial, aprovado e homologado, com vencimento em até dois anos completados da concessão da Recuperação Judicial, foi solicitado ao Juízo da RJ o seu encerramento. O Administrador Judicial e o Ministério Público opinaram pelo encerramento da Recuperação Judicial. Assim em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial. As fases estabelecidas para plano de Recuperação Judicial, foram: • Em 01/09/2017, a Companhia ingressou com o pedido de Recuperação Judicial; • Em 15/09/2017, foi proferida decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial; • Em 23/09/2019, em Assembleia Geral de Credores (AGC), foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial; • Em 07/10/2019, o Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial; • Em 20/06/2023, foi proferida, pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença de encerramento do processo de Recuperação Judicial; e • Em 08/08/2023 a sentença transitou em julgado, certificando que o processo foi baixado definitivamente no sistema. **2. Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras: 2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e aos pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 16/09/2026.

A DIRETORIA

Paulo de Oliveira Camargo — **Fernando Eduardo Amado Tersi**
Carlos Alberto Vencel — **Thelma Bueno Manucci**
Edson Crispe - *Contador - CRC-1SP 134837/O-0*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas da **Agroindustrial Vista Alegre S.A.,** Itapetininga/SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agroindustrial Vista Alegre S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agroindustrial Vista Alegre S.A. em 31/03/2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Receita oriunda de redução de dívida**: Conforme mencionado na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém o saldo de R$ 8.933 mil registrado no passivo não circulante sob a rubrica "Resultado de exercícios futuros – PRJ", referente à receita oriunda da redução da dívida do Plano de Recuperação Judicial, homologada em 07/10/2019. De acordo com a avaliação técnica, essa receita deveria ter sido reconhecida no resultado do mesmo exercício social ao da homologação do plano de recuperação judicial. Em decorrência desse assunto, o passivo não circulante está apresentado a maior e o patrimônio líquido a menor em R$ 8.933 mil, respectivamente. **Outras contas a receber – mútuo de créditos fiscais:** Conforme mencionado nas notas explicativas n°s 7 e 8 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31/03/2026 apresenta na rubrica outras contas a receber, valores a receber de parte relacionada, provenientes de mútuo de créditos fiscais, no montante de R$ 76.244 mil. A realização desses valores em sua totalidade dependerá de novas oportunidades fiscais de utilização e de ações em conjunto das Administrações do grupo econômico do qual fazem parte, incluindo medidas para geração de resultados futuros. Até a conclusão de nossos trabalhos, a Companhia não havia elaborado uma análise sobre possível redução no valor recuperável desse ativo, que poderia, de forma relevante, afetar certos elementos das demonstrações financeiras. Os efeitos desse assunto não foram determinados. **IRPJ e CSLL diferidos:** Conforme nota explicativa nº 16, a Companhia registrou IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, fundamentados na expectativa de lucros tributáveis futuros. Contudo, a realização desses créditos tributários, no montante de R$ 26.405 mil em 31/03/2026, dependerá da concretização desses lucros. Importante destacar que os prejuízos fiscais e as bases negativas não possuem prazos prescricionais, e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais, conforme a legislação fiscal vigente. Não foi possível, no momento, avaliar com segurança a capacidade de a Companhia gerar lucros tributários futuros suficientes para garantir a realização desses créditos e, consequentemente, não podemos concluir, como de fato não concluímos, sobre o assunto. **Ênfases: Transações com partes relacionadas**: Chamamos atenção para a nota explicativa nº 7, que demonstra transações em montantes significativos e em condições específicas com partes relacionadas. A posição financeira e o resultado das transações refletem as condições estabelecidas pela Administração da Companhia e as partes relacionadas nas respectivas negociações. Caso fossem realizadas com terceiros, os resultados dessas transações poderiam ser diferentes. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2025, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório de auditoria, datado de 15/10/2025, continha as seguintes ressalvas: a) não reconhecimento da receita sobre redução de dívida do plano de recuperação judicial; b) impossibilidade de concluir sobre a realização de outras contas a receber com partes relacionadas; e c) reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 16/09/2026
Moore Prisma Auditores Independentes CRC 2SP017256/O-3
Octávio Bution Neto Contador – CRC SP243568/O-1

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.
datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Banco do Brasil tem 31 mil produtores rurais inadimplentes, diz CEO



Segundo a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, 31 mil produtores rurais estão inadimplentes com a estatal. Esse valor representa 5,5% dos 566 mil clientes desse segmento com operações de crédito ativas com a instituição.

"Em nenhum instante nós atribuímos a inadimplência a todo o agro. Temos uma carteira com mais de 2,5 milhões de produtores rurais, dos quais 566 mil têm operações conosco e 31 mil estão inadimplentes e com suas parcelas em aberto", disse a CEO do BB nesta sexta-feira (13), em entrevista à GloboNews.

A executiva e o banco vieram a público para contornar as críticas de entidades do setor, que se queixam de declarações da instituição estatal sobre produtores rurais que não quiseram renegociar as dívidas, mesmo tendo condições financeiras e se encaixando na MP do governo federal que oferece melhores condições na repactuação do débito em aberto. "Nós nos referimos diretamente ao público que foi contatado para fazer a renegociação da sua dívida, no âmbito da MP 1376, e cuja parte considerável nos verbalizou não ter interesse de fazer a renegociação, e que buscariam outra forma de quitar sua dívida", afirmou Tarciana.

Segundo a executiva, esse grupo é formado notadamente por produtores de soja, milho e pecuaristas na região Centro-Oeste "responsáveis por um saldo muito grande de operações."

Na quinta-feira (12), a Aprosoja (Associação Brasileira de Produtores de Soja) disse que as declarações transformam "uma grave crise econômica em uma acusação generalizada de má-fé contra quem produz". "Produtor rural não é caloteiro. A crise do endividamento exige soluções, não acusações", defendeu a instituição.

Essa recusa de renegociar a dívida foi um dos fatores que levaram o banco a provisionar mais dinheiro para perda esperada, ou seja, empréstimos que espera não receber de volta.

Como resultado, o Banco do Brasil teve queda de 66,5% no lucro líquido ajustado no terceiro trimestre deste ano em relação a igual período do ano passado, com resultado de R$ 1,3 bilhão, depois que as perdas com empréstimos, principalmente do agronegócio, se avolumaram. Folhapress

Nubank vê lucro crescer para US$ 1,1 bilhão puxado por cartão de crédito

O Nubank teve um lucro líquido de US$ 1,1 bilhão (R$ 5,7 bilhões) no terceiro trimestre deste ano, divulgou o banco nesta quinta-feira (12), em meio a um crescimento nos empréstimos e nos cartões de crédito do banco.

O resultado é 31% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado, e 5% acima do trimestre anterior.

O balanço veio em linha com o esperado por analistas consultados pela Bloomberg, que estimavam um lucro de US$ 1,102 bilhão.

O ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido), principal métrica de lucratividade dos bancos, terminou setembro em 32%, queda de 1,2 ponto percentual em relação a junho, mas alta de 0,5 ponto percentual em 12 meses.

A receita bruta atingiu um recorde de US$ 6,3 bilhões, aumento de 37% em relação ao ano anterior. O lucro bruto cresceu 35% na mesma base de comparação, alcançando US$ 2,6 bilhões.

A carteira cresceu 33% em relação a setembro de 2025 e 6% em relação a junho, totalizando US$ 41,6 bilhões, puxada por cartões de crédito, que saltaram 32% no ano.

O crédito sem garantia cresceu 39% na comparação anual, e o crédito com garantia, 23%.

"O aumento no crédito consignado, tanto para funcionários do setor público quanto do setor privado no Brasil, compensou, com folga, a queda nos empréstimos lastreados pelo FGTS", diz o balanço do Nu.

A inadimplência subiu para 7,3% no período, alta de 0,4 ponto percentual no trimestre e de 0,6 ponto percentual no ano.

O Brasil é o principal mercado do Nubank, que iniciou este ano sua operação nos Estados Unidos. No país-sede, a companhia está perto de 120 milhões de clientes. Na Colômbia, são mais de 5 milhões e no México, mais de 16 milhões. CNN

Ataques hackers podem gerar prejuízo de R$ 2,9 trilhões ao Brasil em 3 anos



Nas últimas semanas, diversos episódios de ataques cibernéticos ocorreram no Brasil e no mundo.

Os casos envolvendo o Porto de Santos, a Binance e a Caixa Vida e Previdência são exemplos que mostram como as ameaças podem atingir setores distintos e provocar consequências que vão da interrupção de serviços à exposição de informações pessoais das empresas.

Nesse cenário, o Brasil pode acumular R$ 2,9 trilhões em prejuízos decorrentes de ataques hackers nos próximos três anos. A estimativa é da Vultus, empresa especializada em cibersegurança, que revisou suas projeções diante do aumento dos riscos identificados no mercado.

Segundo a companhia, cerca de 63% das médias e grandes empresas brasileiras, o equivalente a aproximadamente 383 mil organizações, podem enfrentar ataques de altíssimo impacto no período.

Para Rodrigo Gava, CTO da Vultus, a revisão acompanha uma mudança na escala e na capacidade de execução dos ataques. Segundo ele, a inteligência artificial ampliou o alcance das operações criminosas e reduzido o custo necessário para realizá-las.

“O aumento da projeção de prejuízos acompanha uma mudança na escala dos ataques. A IA permite ao adversário encontrar e explorar vulnerabilidades com mais velocidade, mais profundidade e menor custo. Isso amplia a capacidade de atacar várias empresas ao mesmo tempo, enquanto elas conectam mais sistemas e tornam o negócio cada vez mais dependente dessa estrutura”, afirma.

O impacto financeiro de um ataque não se limita a eventuais valores desviados ou ao período em que um sistema permanece indisponível. A recuperação pode envolver investigações técnicas, restauração de arquivos, medidas jurídicas e perdas decorrentes da interrupção de atividades.

Um levantamento da IBM, divulgado em outubro de 2026, ajuda a dimensionar esse custo. Segundo o relatório Cost of a Data Breach, o valor médio de uma violação de dados no Brasil chegou a R$ 7,44 milhões em 2026, alta de 3,5% em relação aos R$ 7,19 milhões registrados no ano anterior. CNN